

À Sra. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. - CPICRIAN

REQUERIMENTO N° /2012

(Da Sra. Dalva Figueiredo)

Requer a realização de audiência pública no Estado do Amapá.

Senhora Presidente,

Nos termos art. 36, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater e apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como as formas de atuação do poder público em relação à aplicação da legislação penal e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, no Estado do Amapá.

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento geral a situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes no Brasil, vítimas do turismo sexual e exploração sexual, especialmente nas localidades mais longínquas e mais expostas à extrema pobreza.

Neste contexto, destacamos negativamente a atuação de grupos e quadrilhas especializadas no recrutamento de pessoas para a prostituição na faixa de fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, bem como nas localidades sede de mineradoras, com alto índice de mão de obra masculina.

Estes crimes contra a nossa juventude geram em todos os cidadãos de bem um sentimento de repulsa, e as consequências são de sobremodo graves, tantos para as vítimas, quanto para a sociedade em geral, que observa uma geração sendo perdida por motivos tão vis.

Impõe-se deste modo articular a atuação do poder público nas esferas federal, estadual e municipais para prevenir, combater e reintegrar socialmente as vítimas, revertendo os danos físicos e psicológicos decorrentes dessa violência.

Mostra-se, portanto, de suma importância para os trabalhos da CPI investigar a aplicação da legislação especial destinada à proteção das crianças e adolescentes, especialmente nos municípios de fronteira, a fim de promover o desenvolvimento humano da Amazônia, como alternativa de combate aos altos índices de turismo e exploração sexual.

Solicito, assim, que sejam convidados para a audiência pública no Estado do Amapá representantes do Poder Judiciário do Estado, Poder Judiciário Federal, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, Federação da Indústria e do Comércio, Sebrae, Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Amapá, Ministério Público do Estado, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Saúde e Prefeituras Municipais.

Sala das Comissões, de abril de 2012.

Dalva Figueiredo
Deputada Federal (PT/AP)